

Para além do Estado nacional: da crise política à crise de conceitos**

A crise de modernização que caracteriza o presente pode ser apresentada como uma singularidade onde práticas políticas e conceitos estabelecidos perdem parte significativa da sua validade e, de um modo concreto, perdem a possibilidade de previsão.

Esta verificação coloca especiais responsabilidades às ciências sociais ao tentarem estabelecer as condições de racionalização das possibilidades futuras. Por um lado, têm de interpretar e explicar o que deixou de existir ou perdeu validade, correndo o risco de verem assim desaparecer as bases em que os seus modelos teóricos foram construídos. Por outro lado, têm de prolongar esse trabalho de diagnóstico com alguma indicação orientadora sobre o que pode constituir resposta a essas novas problemáticas abertas, mas correndo o risco de trabalhar sem bases conceptuais seguras — sobretudo se do diagnóstico do estado crítico faz parte a indicação de que estruturas políticas vitais, na prática e na teoria, como acontece com o Estado nacional, perderam os seus atributos essenciais.

O desafio que a crise coloca a cientistas sociais e a agentes políticos é, simultaneamente, de diagnóstico crítico e de construção estratégica — o que significa, em termos práticos, que a distância analítica não é separável da responsabilidade de uma específica prospectiva do futuro. Este desafio será aqui assumido em três perspectivas convergentes: o papel de teoria em contextos de singularidade, o trajecto do Estado nacional quando se aproxima do diagnóstico de irrelevância e a questão da legitimidade política depois das mutações ocorridas nas sociedades modernas.

1. A CRISE DE MODERNIZAÇÃO COMO SINGULARIDADE

As ciências sociais têm uma relação ambígua com a mudança. Nas suas intenções formais, as ciências sociais atribuem-se o objectivo e a possibilidade de prever a mudança e, nesse contexto, têm mesmo procurado assu-

* Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa (investigador convidado).

** Comunicação ao Congresso de Sociologia, Fevereiro de 1992.

mir a responsabilidade de orientar os processos sociais de mudança. Mas, quando a mudança concreta acontece, quando as sociedades mudam de estado, as ciências sociais estabelecidas, aquelas que se propunham gerir a dinâmica social que tinham previsto, apenas têm para apresentar o diagnóstico de crise — crise na sociedade e crise na teoria. Muitas vezes, este diagnóstico é mesmo acompanhado pela nostalgia do estado passado da sociedade, não sendo fácil separar o que é a nostalgia conservadora do que é a nostalgia pela maior estabilidade da teoria que antes existia.

Construtoras de conceitos e de relações significativas, as ciências sociais mostram-se pouco flexíveis quando se confrontam com a evidência de uma súbita mudança de referências que, impondo a existência de novas realidades, distorcem os conceitos e as relações significativas anteriores ao ponto de os tornar irreconhecíveis e, sobretudo, inoperacionais para estabelecer previsões ou para orientar as dinâmicas sociais.

Os últimos anos oferecem numerosos exemplos desta mudança de referenciais que alteram os quadros conceptuais estabelecidos. E o especial interesse destes exemplos está no facto de mostrarem uma relação estreita entre as sucessivas e cumulativas crises políticas que ilustram e as sucessivas e cumulativas crises teóricas que evidenciam. É esta relação estreita que identifica a convergência da crise política com a crise teórica, constituindo uma singularidade, um conjunto excepcional de circunstâncias, onde se rompe a ordem, política e teórica, antes estabelecida.

OS EQUILÍBRIOS GEOPOLÍTICOS

A ruptura dos equilíbrios geopolíticos que tinham sido estruturados depois da última guerra mundial altera, de modo radical, as condições de previsão e as normas de estabilização no sistema de relações internacionais.

A previsão, mesmo quando é prospectiva e cenarizada, baseia-se em regularidades derivadas de observações anteriores que permitiram identificar relações estruturantes¹. Mas estas não surgem do vazio ou da mera manipulação de conceitos: a sua manifestação originária e as suas confirmações posteriores derivam de uma certa organização de forças ou de potências, geradoras de um certo tipo de equilíbrio. É esse campo de forças que delimita o quadro de possibilidades e os tipos de racionalidades que aí se podem desenvolver, constituindo um código de inteligibilidade que é comum mesmo a adversários, isto é, mesmo a quem estabelece objectivos diferentes dentro dessa dinâmica².

¹ Sobre o papel das regularidades nas ciências nomotéticas, v. Jean Piaget, *Logique de la connaissance scientifique*, Paris, Bibliothèque de la Pleiade, Gallimard, 1967. Sobre o papel dos referenciais de racionalização na determinação de comportamentos que se validam mutuamente pelo encaixe das respectivas expectativas, v. Pierre Bourdieu, *Réponses*, Paris, Seuil, 1992. Sobre o papel das experiências sociais que confirmam os quadros de possibilidades esperados para a estruturação ou reprodução das estruturas, v. Anthony Giddens, *The Constitution of Society: Outline of the Theory of Structuration*, Cambridge, Polity Press, 1984.

² Michel Godet, *Prospective et planification stratégique*, Paris, Economica, 1985.

Avaliações da consistência deste equilíbrio ou da sua justiça intrínseca podem ser bases analíticas para fazer previsões sobre a sua durabilidade ou sobre as consequências imediatas da sua ruptura. Mas não há nenhum modo seguro de passar dessas previsões sobre o grau de resistência do equilíbrio deste campo de forças e deste código comum de referência para a previsão do que poderá ser um novo sistema de equilíbrio que suceda à ruptura do existente. É possível analisar com rigor o que antecede o presente, mas não há modo justificado de estabelecer as coordenadas do futuro depois de um corte de continuidade. E, não havendo esta possibilidade de previsão, de referência do futuro, a evolução concreta das sociedades após este ponto crítico da ruptura de um sistema de equilíbrios geopolíticos fica sem referencial analítico e sem orientação política consistente: as incertezas que se generalizam na sociedade têm graus de intensidade idênticos aos que se encontram nas incertezas de políticos e de analistas.

A tentativa de encontrar no passado contextos singulares comparáveis para, por extrapolação, tentar reduzir a indeterminação da singularidade presente é compreensível, mas insatisfatória³. Considerar que a ruptura de uma ordem do sistema de relações internacionais baseada em dois blocos conduz a contextos comparáveis aos da multipolaridade do fim do século XIX ou aos conflitos da península italiana dos tempos de Maquiavel tem os efeitos de uma analogia curiosa, mas a que não corresponde qualquer validade teórica ou qualquer sentido de aplicação prática: os meios instrumentais disponíveis no presente e a complexidade das redes de relações são tão diferentes que a comparabilidade fica sem conteúdo. A passagem da bipolaridade a uma multipolaridade com formas diferentes em função do nível considerado (estratégico, político, económico, cultural) é uma verificação primária, uma identificação do problema, mas pouco esclarece quanto ao que poderão ser as soluções.

A ordem bipolar saída da última guerra mundial era uma estrutura de conflito ordenado: tinha limites mínimo e máximo de variação das relações (porque estava dotada de um código de racionalização partilhado) e tinha ainda, para além deste, um segundo efeito estabilizador das relações internas a cada um dos blocos. A própria intensidade destrutiva dos instrumentos disponíveis, sobretudo com as armas nucleares, constituía um racionalizador superior dos degraus da escalada possível nas relações conflituais, tanto entre blocos como dentro de cada bloco⁴.

³ Um interessante exemplo é o de Barbara Tuchman em *Distant Mirror, the Calamitous 14th Century*, Londres, Macmillan, 1979, para a comparação entre épocas muito diferentes. No plano dos horizontes pessoais, das suas incertezas, modos de racionalização e ilusões, Elisabeth Badinter, Robert Badinter, *Condorcet, un intellectuel en politique*, Paris, Fayard, 1988, e Jean Denis, Bredin, *Sieyes, la clé de la Révolution française*, Éditions de Fallois, 1988.

⁴ Tão importante como o equilíbrio militar nuclear entre blocos era a garantia de protecção nuclear que os pólos dominantes em cada bloco ofereciam às entidades nacionais neles integradas: o sistema de ordem superior tinha um reflexo não trivial nos sistemas de ordem inferiores, que não existiria se não houvesse a racionalização superior e o serviço de protecção nuclear.

O desaparecimento de um dos blocos, num processo que se desenvolve num período muito curto, fez desaparecer essa estrutura de ordem baseada num equilíbrio de forças ou de potências (o que significa que se perdeu o referencial de racionalização que estabilizava as flutuações nas relações) e transferiu as relações conflituais para outros níveis onde o anterior tipo de racionalidade (baseado na potência militar equilibrada e na disciplina interna em cada bloco) já não é operatório.

O tipo de conflito anterior perdeu o seu sentido: não há competição onde um dos jogadores desistiu. Mas isso não significa que tenha desaparecido a relação de conflitualidade. O que se verifica é uma transferência da conflitualidade para outros níveis de competição que, até agora, estavam ocultos ou controlados por uma racionalização superior. E a característica relevante destes novos tipos de conflitualidade (por exemplo, a conflitualidade pela hegemonia económica, a conflitualidade pela afirmação nacionalista, a conflitualidade pela afirmação de valores étnico-culturais ou religioso-culturais de índole xenófoba e fundamentalista) está na sua «novidade» (mesmo quando são tradicionais), no sentido de não estarem integrados nos modos de racionalização estabelecidos e operatórios até há pouco.

Em termos políticos, esta «novidade» dos tipos de conflitualidade agora relevantes significa que não estão controlados por factores de estabilização, por limites às suas flutuações. Em termos teóricos, contudo, esta «novidade» poderá ter efeitos ainda mais radicais: o que fazer com todas as propostas teóricas que, directa ou indirectamente, utilizavam o referencial estabilizador da conflitualidade entre dois blocos para interpretar os acontecimentos, para classificar as forças em presença e para prever a dinâmica das suas relações?

Interessantes teorias (e não menos interessantes carreiras académicas e profissionais) foram construídas na base de um determinado tipo de conflitualidade formatante que interferia, directa ou indirectamente, em todas as relações: as referências ao liberalismo e ao socialismo não eram independentes das concretizações práticas desses modelos, e as imperfeições de cada um não eram independentes da existência e das pressões ou ameaças do outro. Perdidos estes pontos de referência, os campos teóricos estão, pelo menos, tão descontrolados como os campos políticos. Mas, na medida em que há uma relação entre os campos teórico e político para que possa haver uma função de racionalização, uma produção de sentido, compreende-se que a crise teórica e a crise política estabeleçam uma mistura relevante, específica destas circunstâncias simultâneas e única na forma que assume.

A DOUTRINA DE DISSUAÇÃO COM ARMAS NUCLEARES

Uma das áreas onde a mistura entre a política e a teoria se revelou mais produtiva foi na consolidação de uma doutrina de dissuasão eficaz que permitisse integrar o aparecimento de um instrumento radicalmente novo, a

arma nuclear⁵. É a própria originalidade do instrumento que impõe o seu controlo pela teoria: sendo uma arma que tem como fundamento operativo impedir a sua utilização, portanto com um estatuto que não pode deixar de ser ambíguo para um instrumento militar, gerou a necessidade de complexas elaborações teóricas para poder ser assimilada nos processos políticos correntes.

O sucesso neste processo de controlo pela teoria de uma arma de grande perigosidade foi considerável, mas encobriu uma dificuldade que se revela agora com toda a evidência, desmantelando a construção teórica cuidadosamente elaborada. Como acontece, em geral, com processos complexos, a solução racionalizadora dessas relações pressupõe que se mantenha válida a convenção de que se está num contexto dominado por operadores racionais — jogadores que conhecem as regras do jogo, que eles próprios foram elaborando em sequências lógicas que interpretaram e confirmaram em quadros experimentais. Mas, mesmo nestes casos onde os jogadores são racionais, é necessário que sejam apenas dois para que os resultados previsionais do jogo sejam estáveis — condição do controlo racionalizado (em cada momento) e racionalizador (na dinâmica, mesmo perante circunstâncias contingentes)⁶. Se esta dualidade de jogadores racionais, ainda que contrapostos, não se verificar, a doutrina de dissuasão que se estabeleceu (e foi eficaz) desde a última guerra mundial fica posta em causa.

Em seu lugar, porém, não existe nada que a substitua. Existe, apenas, uma grande quantidade de armas que foi acumulada na base de uma doutrina que controlava a sua perigosidade e que perdeu a sua validade sem que, com isso, tenham desaparecido as armas construídas ou o conhecimento tecnológico que permite continuar a construí-las — e até com maior liberdade, agora que os objectivos da não proliferação, impostos por ambos os blocos, perderam credibilidade.

Será difícil encontrar uma mistura mais complexa de crise política e de crise teórica do que esta que se estabelece a propósito da lógica e do controlo da arma nuclear. Teorias antes rejeitadas como contendo cenários impossíveis, como a teoria das fases da escalada nuclear⁷, ganham agora uma nova relevância, pela óbvia razão de que as outras teorias de racionalização suas concorrentes perderam as suas condições de validade. O que poderia

⁵ Bernard Brodie, *The Absolute Weapon, Atomic Power and the World Order*, Nova Iorque, 1946; Edward Luttwak, *Strategy, the Logic of War and Peace*, Belknap Press, Harvard University Press, 1987; Lucien Poirier, *Les voix de stratégie*, Parais, Fayard, 1985, e *Des stratégies nucléaires*, Paris, Complexe, 1988; Albert Wohlstetter, «The delicate balance of terror», in *Foreign Affairs*, vol. 37, n.º 1, 1959; Thomas Schelling, *The Strategy of Conflict*, Harvard University Press, 1960; Herman Khan, *On Thermonuclear War*, Princeton University Press, 1960, e *On Escalation, Metaphors and Scenarios*, Nova Iorque, Praeger, 1965, e George McBundy, *Danger and Survival*, Nova Iorque, Random House, 1988.

⁶ Martin Schubk, *Game Theory in the Social Sciences*, Cambridge, Massachusetts Institute of Technology, 1984.

⁷ Herman Khan, *On Escalation*, cit.

ser uma especulação catastrofista aparece, agora, como uma descrição analítica compatível com o actual quadro de possibilidades.

Este súbito silenciamento da teoria e da política é tanto mais relevante quanto se pode considerar que se concentra neste ponto o mais sério e urgente problema das sociedades modernas⁸. Mas poderá muito bem acontecer que este silêncio ou esta perplexidade se justifiquem muito simplesmente pela impossibilidade teórica e política de prever este novo contexto com base nos modelos teóricos e nas fórmulas políticas do contexto anterior⁹.

CLIVAGENS FORMATADORAS DOS COMPORTAMENTOS NAS SOCIEDADES MODERNAS

Se o desaparecimento de um dos blocos da bipolarização que estruturava a ordem mundial teve como consequência a desreferenciação do sistema de relações internacionais e se daí decorreu a perda da convenção de racionalidade em que assentava a dissuasão entre potências dotadas de armas nucleares, a transformação dos fundamentos da conflitualidade interna às sociedade desreferenciou os comportamentos políticos.

As metanarrativas, as grandes construções ideológicas, que correspondiam aos dois grandes modelos em confronto na ordem mundial e que eram factores de racionalização ao definirem as condições de reprodução e de expansão desses interesses diferenciados e opostos, tinham a sua tradução, em escala reduzida, na dualidade clivada de modelos de objectivos e de comportamentos políticos opostos dentro de cada sociedade nacional. Essa dualidade esquerda-direita poderia ter expressões partidárias fragmentadas ou bipartidárias, poderia mesmo não se reflectir em partidos e apenas em movimentos sociais mais ou menos organizados, mas era sempre o formatador essencial das ordens políticas nacionais.

A história destes sucessivos dualismos ou clivagens é um dos pontos sólidos da teoria política¹⁰. Da clivagem Estado-Igreja à clivagem bloco ocidental-bloco soviético, passando pelas clivagens centro-periferia, urbano-rural e proprietários-trabalhadores, passa-se pelas sucessivas fases da história política das sociedades, onde é a própria separação das fases que fica

⁸ Andre Fontaine, «La vraie révolution du siècle — militaire ou civil, l'atome n'a pas fini de bouleverser les rapports internationaux», in *Le Monde* de 24/1/92.

⁹ Sobre a estrutura da racionalidade na dissuasão nuclear como *double bind*, v. Godfried van Benthem van den Bergh, *The Timing of Great Powers*, Gower, Aldershot, 1990, e Norbert Elias, *Involvement and Detachment*, Oxford, Basil Blackwell, 1987.

¹⁰ Stein Rokkan, *Citizens, Elections and Parties*, Oslo, University Press, 1970; Arend Lijphart, *Democracies*, New Haven, Yale University Press, 1984; Giovanni Sartori, *Parties and Party Systems: a Framework for Analysis*, Cambridge University Press, 1976, e *The Theory of Democracy Revisited*, 1, *The Contemporary Debate*, Londres, Chatham House, 1987; Jean-Luc Parodi, «Le nouvel espace politique français», in *Idéologies, partis politiques et groupes sociaux*, Yves Many (ed.), Presses de la Fondation Nationale des Science Politiques, 1991, e vários, «Droite? Gauche?», in *La revue de mauss*, n.º 13, Paris, Éditions de la Découverte, 1991.

identificada pela clivagem que se torna dominante como factor de racionalização e de formatação dos comportamentos políticos em cada época.

Esta sucessão de fases dos códigos de formatação dos comportamentos políticos aparecia, até há pouco, como irreversível. Cada fase assimilava as anteriores como casos particulares de uma organização mais geral, ao mesmo tempo que as subordinava ao primado da nova clivagem dominante.

Compreende-se a perplexidade de analistas e agentes políticos quando as sociedades modernas evidenciam, no seu actual contexto crítico, a perda de capacidade formatadora não só da última clivagem relevante, como também de todas as anteriores, como se a sequência histórica se tivesse invertido e, num curto intervalo, tivesse apagado as diferenciações acumuladas durante um longo período e as suas resoluções históricas para as fazer reaparecer em formas e com intencionalidades inesperadas.

De facto, são agora mais os paradoxos do que as confirmações das previsões estabelecidas com as teorias disponíveis.

É óbvio que a extinção da União Soviética anulou a clivagem bloco ocidental-bloco soviético, nada restando dessa clivagem, que foi essencial desde o fim da última guerra mundial.

Vai-se tornando gradualmente evidente que os proprietários constituem hoje uma entidade colectiva difusa, sendo o poder de decisão sobre a propriedade, sobre a sua aplicação e a sua valorização, realmente exercido por quadros técnicos e gestores que constituem uma elite dirigente, enquanto os trabalhadores verificam que ou têm a capacidade para encontrar espaços de funções criativas e qualitativas dentro das organizações empresariais existentes ou estão condenados ao desemprego e à integração, quando isso é possível, em sistemas de segurança social e de solidariedade. A relação conflitual proprietários-trabalhadores, em que se fundava o modelo da luta de classes, foi transformada por efeito de uma mudança de escala, quando se passa dos espaços nacionais fechados para os espaços abertos da competitividade económica globalizada.

A dualidade urbano-rural, que se julgaria historicamente resolvida em favor da dominação urbana, passa a ter novo significado quando a concentração urbana e as *megapolis* constituem contextos de degradação e de ineficácia e quando as novas tecnologias de transportes e de comunicações, assim como os novos modos de organizar a actividade económica, revalorizam os espaços rurais. É um processo de que derivam novos tipos de conflitualidade, mas que não se integram nas categorias políticas anteriores.

A clivagem centro-periferia, que foi instrumental para a afirmação do poder político nacional, está agora subvertida pelo mesmo processo que põe em causa a reprodução desse poder político de dimensão nacional. As regionalizações e a descentralização, favoráveis aos poderes locais, são uma vertente de desagregação do poder central a que corresponde uma outra que é constituída pela formação de novos poderes de dimensão supranacional, essenciais para recuperar relevância para os tradicionais Estados nacionais

de reduzidas dimensões quando estas se revelam ineficazes para operar em contextos de competitividade globalizada.

Finalmente, a primeira de todas as clivagens constituintes da política tal como a conhecemos hoje, e de que emergiu o Estado como base organizativa do exercício do poder e da sua legitimação, está, também ela, subvertida pelo ressurgimento de fórmulas fundamentalistas que propõem a subordinação do Estado às metanarrativas religiosas e que exploram, com sucesso, a crise de eficácia do Estado nas sociedades modernas e a perda de relevância das ideologias seculares em que se baseava a racionalização política nas sociedades modernas.

Esta súbita compressão regressiva da evolução histórica é radicalmente oposta ao modelo optimista da progressividade que seria inerente ao sentido da história, que marca o evolucionismo da cultura ocidental e que, como não poderia deixar de ser, condiciona os modos de racionalização na produção teórica e na prática política.

Antes de se poder admitir que a acumulação de problemas e de crises pode, de facto, conduzir a uma reversão do processo evolutivo, é preciso superar a resistência espontânea que é motivada neste sistema cultural pela percepção dessa eventualidade. *E pur si muove*, mas não como os modelos analíticos e as propostas políticas indicavam que se iria mover. Porém, como identificar e definir este outro sentido do movimento se não existem os modelos analíticos que interpretem este movimento inesperado? Movimento existe, mas não é seguro que seja possível encontrar-lhe um sentido em tempo útil, isto é, em tempo que possibilite evitar que esse movimento prossiga a sua tendência de regressão destrutiva. Para ser útil, esse sentido tem de ser susceptível de assimilação ou de percepção colectiva, para que possa funcionar como factor de racionalização — mesmo que seja através da estruturação de um novo tipo de conflitualidade, mas que esteja contida por limites às flutuações, ou seja, que possa ser sujeita a controlo político.

A TEORIA E A POLÍTICA NOS PONTOS DE SINGULARIDADE HISTÓRICA

A descrição destes processos pradoxais, regressivos e catastróficos poderia prolongar-se indefinidamente, explorando os múltiplos estímulos que as sociedades modernas oferecem e que contêm esses sinais da crise de sentido¹¹.

¹¹ Jean Braudillard é um dos bons exemplos deste tipo de *patchwork*. Por ele, e por muitos outros, vale esta citação de Michel Maffesoli: «L'inertie est une réalité quotidienne à laquelle sont confrontés tous ceux qui exercent quelque responsabilité que ce soit [...] Il s'agit là d'une situation courante, aux noms bien divers, mais dont le noyau central peut se résumer par l'expression triviale 'Ça ne répond pas'. Cette non-réponse devient un problème sociologique et, en tout cas, un fait de société quand c'est l'ensemble du corps social qui en est affecté, et ce d'une manière continue. Peut-être s'agit-il là d'une manière essentielle en cette fin de siècle. Il convient donc de bien savoir la poser, car elle déterminera la compréhension que l'on pourra avoir, ou pas, de la socialité qui s'esquisse sous nos yeux [...] Devant tant d'indices plus ou moins inquiétants, faut-il jouer les Cassandre, en appeler aux vertus du 'bon vieux temp', ou mettre

Não é, aliás, um tipo de descrição exclusivo do presente. A Áustria em fim de império e a Alemanha na década hitleriana são férteis neste tipo de literatura, o que não significa que tenham sido épocas bem sucedidas na produção de sentido e na inteligibilidade do que seria a evolução posterior a esses contextos singulares. Recordar esses contextos poderá ser útil para reconstruir um determinado ambiente de crise, mas nem como analogia será essencial para responder à singularidade constituída pelo presente, que não é comparável com essas outras singularidades — nem na globalização, nem na racionalização do uso dos instrumentos disponíveis, nem no tipo de clivagens que orientam os comportamentos políticos e sociais.

São períodos que têm de comum a abertura do quadro de possibilidades futuras numa tal amplitude que torna a evolução imprevisível, mas o facto de se conhecer a solução para os casos anteriores não esclarece o que pode ser a evolução a partir deste presente concreto.

Do ponto de vista analítico, a questão central colocada pela singularidade presente é muito mais séria do que se fosse uma mera querela de escolas.

É, por um lado, uma questão que se relaciona directamente com a responsabilidade dos analistas — responsabilidade pessoal, responsabilidade social, responsabilidade política, o que se quiser, mas sempre responsabilidade perante o que produz. Não é possível reservar os diagnósticos e as posições para quando se tiver o recuo suficiente, a distância crítica, sobre os acontecimentos actuais. Mas também não é satisfatório o compromisso unilateral, o empenhamento militante: se para alguma coisa serve a experiência da primeira escola de Frankfurt, será para mostrar que a fixidez linear na leitura das possibilidades não é eficaz para evitar a regressão nem é suficientemente produtiva para pensar o que pode ser a evolução futura depois da fase crítica.

É, por outro lado, uma questão de método. A atitude analítica deve procurar estabelecer uma linha de previsão bem definida que possa sustentar a orientação da dinâmica das sociedades ou, pelo contrário, o reconhecimento da força das contingências e da existência de uma dinâmica das sociedades que é autoprogramada (isto é, que avança para a fase seguinte em função do modo como interpreta a fase actual e não em função de uma linha previamente programada, determinista e em que cada fase superasse qualitativamente as anteriores) apenas permite e fundamenta uma interpretação con-

en place de mesures coercitives inspirées para le moralisme ambiant? Ce n'est pas certain. Ne serait-ce qu'à titre d'hypothèse, on peut voir, au contraire, dans cette non-réponse, autre forme de la secessio plebis, une force spécifique, une attitude dynamique, par laquelle la vie sociale se recentre sur l'essentiel. D'une manière stoïcienne, pourrait-on dire, le lointain, le macroscopique, l'institué, tout ce sur quoi je ne peux agir, devient indifférent. Mais cette indifférence, en revanche, permet que l'énergie se focalise au plus proche. La fin, le sens n'est plus cherché au-dehors, soit dans une utopie inaccessible, soit dans une rationalisation de l'existence, ce qui sécrète le pouvoir surplombant, mais au contraire, le sens est trouvé ici et maintenant, ce qui éveille les diverses potentialités de la puissance populaire.» A citação é longa, mas é necessária para que se tenha consciência dos efeitos da desreferenciação e do consequente descontrolo político que daqui decorre. Neste quadro de possibilidades, volta a ser útil ler Jean-Pierre Faye, *Langages totalitaires*, Paris, Hermann, 1972.

trolada das possibilidades da qual se podem extrair sugestões mas não propostas no sentido de orientações e instruções desprovidas de ambiguidade?

As ciências sociais, em geral, e a teoria política, em particular, são possíveis, no sentido de serem susceptíveis de fundamentação suficiente, desde que reconheçam os seus limites. Não é fácil satisfazer este critério, na aparência simples, quando a prática das ciências sociais se desenvolve num contexto cultural marcado pelo objectivismo funcional das tecnologias e pelos sucessos das ciências que podem operar com relações de causalidade linear. Ao pretenderem responder nesse campo competitivo da ciência moderna, objectivista e funcionalizada, as ciências sociais perdem a sua especificidade sem ganharem nada em troca e sem que, com isso, se tenham aproximado da possibilidade de responder aos problemas colocados pelos pontos de singularidade na evolução das sociedades. Presas na falsa imagem das suas hipotéticas capacidades de previsão, que aceitaram invocar para poder competir com outras ciências de objecto diferente, as ciências sociais ficam silienciosas quando estão confrontadas com a evidência da sua incapacidade de previsão — no preciso momento em que as ciências sociais são mais necessárias.

A reacção extrema a esta desilusão perante o imprevisto encontra-se no pessimismo relativista do pós-modernismo. A mistura de paradoxos e de diferenças em relação ao que as doutrinas estabelecidas previam poderá ser objectivamente fundamentada, mas continua a ser um sintoma dos problemas da modernização, não é a sua solução. Não é a colagem de perplexidades que responde à perplexidade. Neste sentido, o pós-modernismo é uma oportunidade de reciclagem para os que antes fundamentavam as suas propostas analíticas em metanarrativas que, muitas vezes, deixavam em estado implícito para melhor poderem impor as suas conclusões dogmáticas, mas a qualidade dos seus produtos concretos nem sequer justifica a sua designação como fórmulas analíticas que estejam para além da questão da modernização.

Sem a falsa segurança das teorias da modernização liberal que postulam uma sequência de fases que permitiram reproduzir, em intervalos temporais comprimidos, o processo que fora antes seguido pelas sociedades desenvolvidas, e sem poderem recorrer à utopia dos saltos evolutivos alimentados pela realização do «sentido da história» que as simplificações marxistas postulavam, as ciências sociais estão agora confrontadas com as questões muito específicas que são colocadas pelas singularidades históricas, períodos de turbulência e de desreferenciação que existem como se estivessem fora do tempo e exteriores a qualquer racionalização que relacione, de modo estável, o passado com o futuro.

Pelo seu carácter excepcional em relação ao modo como se conhece e se racionaliza o passado em períodos de maior estabilidade social e de maior segurança analítica, estas singularidades tendem a ser desvalorizadas como questões de curto prazo, como a consequência de uma focalização demasiado pormenorizada nos acontecimentos. Seria este fascínio pelo imediato e pelo pormenor que explicaria a ausência de uma visão de conjunto. Um menor sentido de urgência ou uma menos intensa dependência das parti-

cularidades das práticas políticas seriam suficientes para se recuperar a serenidade das grandes teorias e dos grandes modelos englobantes.

Porém, estas singularidades também podem ser vistas como momentos em que as sociedades, nas suas inter-relações, estabelecem escolhas decisivas nas suas linhas de evolução possíveis. A escolha por uma ou por outra direcção é, nessas circunstâncias específicas, arbitrária. Mas, uma vez consolidada um sequência de possibilidades, é essa nova lógica que se torna determinante, impondo um sentido que é prospectivo (determinando o campo de possibilidades) e retrospectivo (reinterpretando as indicações do passado em função desta nova lógica). Essa escolha, por sua vez, não é um processo bem definido que ocorra num único ponto. Para que uma nova sequência de possibilidades se consolide é necessário que múltiplas escolhas coincidentes ou convergentes estruturem esse novo padrão — o que, desde logo, implica que não se possa estabelecer um prazo, de tipo curto ou longo, para a resolução das indeterminações da singularidade.

É esta ambiguidade essencial, esta hesitação entre múltiplas linhas de possibilidade, que justifica a turbulência associada aos pontos de singularidade. Não havendo quadros de referenciação e de racionalização estáveis, em pontos próximos de decisão podem estar a conceber-se linhas de evolução muito diferentes, o que impossibilita a coincidência e a convergência que são necessárias para que um novo padrão estrutural se estabilize. As relações de aliança são indeterminadas e instáveis, a contabilidade dos efeitos das decisões é incerta, a possibilidade de generalizar as interpretações analíticas em modelos susceptíveis de aplicações repetidas fica diminuída ou prejudicada pelas variações de formas e de relações dos campos operatórios¹².

Nestas circunstâncias precisas, impõe-se a necessidade de reconhecer e aceitar um *princípio de incerteza sociológica*: «mesmo a mais completa sociologia do conhecimento não saberia dar-nos o critério do verdadeiro e do falso, e o máximo que nos pode oferecer são as condições histórico-sócio-culturais favoráveis ao jogo das ideias e à detecção dos erros»¹³. Ou seja, as ciências sociais podem descrever e interpretar, podem estabelecer quadros de possibilidades, podem conceptualizar e formalizar modelos de relação alternativos e explicitar as suas consequências, podem definir as condições de validade para cada um destes seus produtos, podem contribuir para a formação da opinião pública e para o esclarecimento das decisões concretas — mas não podem prever as configurações globais das fases seguintes na evolução das sociedades quando, como agora acontece, a rapidez e a intensidade das mudanças conduzem a estados de sociedades desreferenciados, desracionalizados, turbulentos e indeterminados.

¹² James Gleick, *The Theory of Chaos, the Making of New Science*, ed. portuguesa Gradiva, Lisboa, 1989; H. von Foerster, *Observing Systems*, Intersystems Publications, 1984, e P. Glandsdorff, I. Prigogine, *Structure, stabilité et fluctuations*, Paris, Masson, 1971.

¹³ Edgar Morin, *La méthode*, 4, *Les idées*, Paris, Seuil, 1991.

Sem as facilidades do «piloto automático» programado em função dos mapas oferecidos pelas metanarrativas ou pelos equilíbrios de blocos, os operadores das ciências sociais têm de actuar, neste espaço de turbulência, em pilotagem manual, em função das suas observações, mas também assumindo a responsabilidade das suas formulações, sem recurso possível a outras autoridades que lhes pudessem servir de patronos. Não há nenhum motivo para que os seus produtos deixem de estar sujeitos a condições de rigor, mas o critério de avaliação estará menos dependente da relação retrospectiva com as teorias estabelecidas e mais condicionado pela qualidade das interpretações e pela globalidade dos modelos de compreensão que souberem formular e apresentar.

Impossibilitados de prever, porque estão confrontados com uma descontinuidade que rompe as linhas de tendência estabelecidas e os quadros normativos que antes eram eficazes para estabilizar os comportamentos colectivos, os operadores em ciências sociais têm maior liberdade para prospectar as possibilidades futuras e para propor a construção de novos quadros conceptuais que auxiliem as escolhas do presente. A mistura de paradoxos só serve, agora, para revelar uma descontinuidade que já está evidente nos acontecimentos mais triviais ou, quando muito, para identificar com mais precisão os pontos onde a ruptura se deu. Mas não servirá, só por si, para esclarecer o que são os futuros possíveis — essa é a limitação mais nítida do eclectismo relativista do neomodernismo, que, sendo um progresso em relação ao dogmatismo, ainda é estéril em termos de novas proposições teóricas.

2. A CRISE DO ESTADO NACIONAL

Contextos de crise com a intensidade de gerarem situações de descontinuidade, de turbulência, aparecendo como singularidades na evolução histórica, não são exclusivos do presente. E não é fácil estabelecer critérios de hierarquização inequívoca entre esses contextos de crise. As grandes revoluções, as grandes guerras, as grandes inovações, geram processos de mudança que, para quem os vive, têm a intensidade de acontecimentos absolutos, como tal incomparáveis com quaisquer outros.

Apesar desta dificuldade comparativa, que torna pouco relevantes os esforços de hierarquização entre contextos que são, pela sua natureza, excepcionais, há particularidades da crise contemporânea que a tornam uma singularidade dentro das singularidades. Mesmo sem se poder beneficiar do conhecimento do que poderá vir a ser o modo de resolução desta crise, há dois traços que lhe acentuam a originalidade.

O primeiro traço é de tipo quantitativo, mas suficientemente importante para gerar também efeitos qualitativos: a dimensão de massa que as relações críticas assumem, envolvendo todo o espaço mundial — uma dimensão tornada mais saliente porque os instrumentos disponíveis (militares, eco-

nómicos e financeiros, comunicacionais e de transportes) aprofundam essa tendência forte em lugar de a amortecer ou de a estabilizar. É um efeito quantitativo com consequências qualitativas: as problemáticas políticas inter-relacionam-se e globalizam-se, tornando improvável a estabilização de soluções locais. Os critérios tradicionais de vitória e de derrota ou de espaço legitimado de exercício da autoridade relativizam-se: a vitória num tipo de conflito pode nada significar noutros tipos de conflitos simultâneos, do mesmo modo que a estabilidade numa zona pode ser apenas um resultado temporário que não será sustentável perante os efeitos de instabilidade em outras zonas.

O segundo traço é de tipo qualitativo, mas com implicações nas relações quantitativas. A crise contemporânea põe em causa o instrumento político central de regulação das sociedades e que é também o conceito fundamental da ciência política, da macroeconomia e da macrossociologia, o Estado nacional¹⁴. Se este traço se confirmar nas fases seguintes da crise, a mudança qualitativa que contém (correspondendo à superação de uma linha forte com cinco séculos de duração, que vai da concentração do poder real aos Estados nacionais modernos, arrastando consigo a reformulação dos modelos analíticos disponíveis que foram construídos em torno dessa linha forte) gera efeitos quantitativos significativos (perde eficácia o mais importante factor de estabilização e de regulação em contextos de crise e deixam de se aplicar os modelos tradicionais de avaliação das potências relativas das sociedades politicamente organizadas em Estados nacionais¹⁵).

Estes dois traços permitem identificar uma mudança de primeira grandeza que ocorre simultaneamente nos campos prático e teórico. Se esta simultaneidade é suficiente para se identificar um ponto de singularidade na evolução histórica (é uma descontinuidade em relação ao passado, e o presente crítico não oferece bases suficientes para delimitar uma linha de evolução única para o futuro possível), o facto de aqueles dois traços característicos estabelecerem entre si redes de inter-relação que contém grandes efeitos de massa sem os correspondentes meios de regulação identifica também um ponto de especial perigosidade, com um grande potencial destrutivo, se for deixado sem algum tipo de controlo.

Estas notas preliminares tiveram como objectivo enquadrar a crise contemporânea, crise política e crise de conceitos, entre dois vectores, que são, por um lado, o processo de globalização das relações e dos processos com-

¹⁴ Anthony Giddens, *The Nation-State and Violence*, Cambridge, Polity Press, 1985 (the nation-state as the *preeminent* modern power container), e *Social Theory and Modern Sociology*, Cambridge, Polity Press, 1987 (*we live in a world nation-state system that has no precedent in history*).

¹⁵ Robert Reich, «Who is us?», in *Harvard Business Review*, Janeiro-Fevereiro de 1990, e «Who is them?», in *Harvard Business Review*, Março-Abril de 1991, e Peter Drucker, *The New Realities*, Londres, Heinemann, 1989.

petitivos e, por outro lado, o processo de perda de relevância instrumental e conceptual do Estado nacional¹⁶.

Mas mesmo este enquadramento primário, depurado de pormenores e de circunstâncias conjunturais, é complexo, variando a sua forma em função da localização. Se o processo de globalização é genérico, o modo de perda de relevância instrumental e conceptual do Estado nacional tem traduções diferentes em função do espaço concreto considerado. A crise do Estado nacional é uma problemática vital na Europa e no Terceiro Mundo, mas não tem o mesmo carácter de urgência nos Estados Unidos e no Japão, onde a potência nacional, quando comparada com a dos seus competidores, é suficiente para deixar em segundo plano esta problemática concreta da crise de funcionalidade do Estado nacional. No mesmo sentido de diferenciações regionais deste enquadramento aponta o facto de a globalização das relações e da competitividade não ter o mesmo efeito em todas as zonas: enquanto umas comandam o processo de inovação competitiva, outras têm de gerir processos de obsolescência das suas actividades económicas sem a possibilidade de se protegerem desses efeitos de destruição¹⁷. Há, assim, diferenciações regionais de uma mesma dinâmica de crise que tornam ainda mais complexo o seu enquadramento, na medida em que ele é compatível com movimentos e velocidades diferentes apesar da universalidade da dinâmica de crise.

Em suma, o campo de análise aparece caracterizado por sucessivas indeterminações, do nível conceptual ao nível da interpretação dos efeitos reais das práticas políticas, quando estas estão desreferenciadas, e essas indeterminações têm formas variadas em função das regiões concretas consideradas como centros de observação. É um campo de análise que recomenda, portanto, que se tomem todas as precauções — mas até mesmo esta indicação primária é ambígua, na medida em que a urgência dos problemas e a perigosidade das situações não se compadecem com a conquista de distâncias analíticas e com a construção de defesas baseadas na reflexão ponderada.

ESTADO NACIONAL E BLOCOS GEOPOLÍTICOS

A primeira crise do Estado nacional decorre da formação de blocos geopolíticos e do efeito exercido pela arma nuclear na constituição dessa espe-

¹⁶ Mike Featherstone (ed.), *Global Culture, Nationalism, Globalization and Modernity, Theory, Culture & Society Special Issue*, Londres, Sage, 1991; Pierre Rosanvallon, *L'État en France*, Paris, Seuil, 1990; Gérard Bergeron, *Petit traité de l'État*, Paris, Presses Universitaires de France, 1990; Michel Foucher, *Fronts et frontières*, Paris, Fayard, 1988; Robert Fossaert, *Le monde du XXI siècle*, Paris, Fayard, 1991, e Alain Touraine, *La parole et le sang*, Paris, Odile Jacob, 1989.

¹⁷ Ricardo Petrella, director do programa FAST (prospectiva e avaliação da ciência e da tecnologia) da Comissão Europeia, afirma que, «contrariamente à tese de Schumpeter que considera a inovação como processo de destruição criativa de riquezas, a economia mundial, actualmente, conduz a uma «destruição destrutiva» através de um processo de desmantelamento estrutural, de desvalorização do que foi adquirido em termos de conhecimentos e investimentos industriais, infra-estruturais e económicos» (*Europ*, Janeiro-Março de 1992).

cífica organização do sistema de relações internacionais. Pelas suas próprias características, a arma nuclear transcende fronteiras na sua capacidade destrutiva e nos seus efeitos de longo prazo. E o modo de controlar a sua perigosidade exigia o controlo da sua proliferação, o que está na origem da estabilidade dos blocos geopolíticos: eles eram necessários para assegurar a protecção das entidades nacionais neles integradas, mas também eram necessários para estruturar um equilíbrio que funcionasse como factor de disciplina da proliferação das armas nucleares. Qualquer que fosse a razão de crítica da acumulação de armas nucleares, conduzindo ao absurdo de atingir valores quantitativos muito superiores à sua possibilidade de utilização, esse processo correspondia a uma utilidade muito concreta: essa acumulação de armas nucleares na «vertical», em cada um dos blocos, permitia impedir ou neutralizar a sua proliferação «horizontal».

Este modo de estabelecer uma lógica dissuasora implicava, no entanto, uma hierarquização dos Estados nacionais conforme dispunham ou não de arma nuclear. Formalmente iguais em poderes de soberania, nem todos os Estados eram iguais em condições concretas de decisão.

É no dispositivo estratégico francês (como no chinês, depois de construída a arma nuclear) que esta distinção se revela com mais nitidez, justamente porque estabelece a diferença de níveis nessa hierarquia essencial de Estados. Para os Estados nucleares de «segundo nível», a posse de arma nuclear é associada expressamente à defesa do seu território e mantida sob decisão nacional (estratégia de santuário), o que é um critério expresso de exercício da soberania francesa (a que fica associada, por consequência natural, a independência da França em relação ao dispositivo militar da NATO)¹⁸. Mas não é por acidente que os membros permanentes do Conselho de Segurança das Nações Unidas são potências nucleares, que assim aparece como o critério decisivo para o exercício desse tipo de responsabilidades de supervisão da ordem mundial e do compromisso conjunto de evitar a proliferação da arma nuclear (ou como uma precaução de monitorização recíproca das acções desses Estados, que assim, dispunham, em caso de conflito grave, de uma instância de negociações que lhes ficava reservada).

Apesar da nitidez dos efeitos dos blocos geopolíticos e da arma nuclear na instabilização do conceito tradicional de Estado nacional soberano, as suas consequências foram desvalorizadas pelo carácter excepcional dos contextos em que se poderia colocar a questão do uso de armas nucleares. Na expressão de Aron, a guerra nuclear era possível, mas não provável: no espaço do provável, tudo poderia continuar dentro dos quadros conceptuais dos Estados nacionais soberanos e as diferenças de potências que evidenciavam não eram diferentes, no estabelecimento de hierarquias entre eles, das que existiam antes da arma nuclear. Nem tudo era igual ao passado, as superpotências tinham um poder de pressão inquestionável sobre os Estados não nucleares, mas, se fossem evitados contextos de conflito grave, continuariam

¹⁸ A. Beaufre, *Introduction à la stratégie*, Paris, Armand Collin, 1963, e L. Poirier, *op. cit.*

válidas as convenções anteriores, recolhidas na Carta das Nações Unidas e protegidas pelo princípio da não ingerência nos assuntos internos.

Os blocos geopolíticos (e a sua conflitualidade ideológica) e a arma nuclear (e o equilíbrio do terror) provocavam distorções em relação aos quadros passados, mas apenas quando se passava para os altos níveis de conflitualidade ou quando se descia aos níveis das consciências individuais. Entre estes dois limites ficava o essencial da vida política, económica e social, o que significa que estava aí o essencial das actividades do Estado nacional — que, assim, poderiam continuar a ser analisadas dentro dos quadros conceptuais tradicionais.

ESTADO NACIONAL E RELAÇÕES COMPETITIVAS DE EMPRESAS MULTINACIONAIS

A segunda grande ameaça ao conceito tradicional de Estado nacional como entidade dotada de um poder soberano, pelo menos dentro dos espaço delimitado pelas suas fronteiras nacionais, deriva de um processo gradual, lento e ambíguo: o desenvolvimento das empresas multinacionais.

Em termos gerais, não é um processo novo: as empresas coloniais podem ser entendidas como seus antecedentes, no sentido em que também são empresas que se deslocam no espaço e que estabelecem um sistema de condições e de interesses que transcendem os do seu espaço de localização originário. Mas nos seus efeitos reais é um processo que desencadeia relações inteiramente novas na medida em que as empresas se autonomizam da sua origem nacional, da dependência do seu Estado nacional originário, do mesmo modo que se autonomizam do poder soberano dos Estados nacionais onde se localizam¹⁹.

Esta autonomia de decisão empresarial em relação à decisão política não se coloca, pelo menos até à fase actual, em termos de comparação de poderes de tipo idêntico. Não há uma vocação de conquista do poder político por parte das empresas multinacionais; há, apenas, a procura de relações de influência sobre um campo restrito de decisões políticas para poderem consolidar a autonomia da decisão empresarial. É, antes, uma autonomia que se estabelece em termos de graus de liberdade: a empresa multinacional pode subtrair-se ao exercício da autoridade de um Estado soberano movimentando-se, e é essa nova liberdade de movimentos que anula o modo tradicional de exercício dos poderes de soberania que consistem em artificializar as relações e as remunerações dos factores dentro das suas fronteiras delimitadas e controladas pelo poder político.

O desenvolvimento das empresas multinacionais foi gradual e lento. Estas duas qualificações não têm de ser vistas apenas em termos do tempo de ges-

¹⁹ Robert Reich, *The Work of Nations, Preparing Ourselves for 21st Century Capitalism*, Nova Iorque, Alfred A. Knopf, 1991, e Kenichi Omahe, «Managing in a borderless world», in *Harvard Business Review*, Maio-Junho de 1989.

tação (ainda que quatro décadas seja, de facto, um intervalo suficientemente longo para justificar aqueles dois atributos). Contudo, mais importante do que o tempo real desse desenvolvimento é a comparação entre o seu significado nas fases iniciais da sua evolução e o seu significado actual, já em contexto de maturação. De facto, o que começou por ser uma conquista de autonomia de cada empresa multinacional perante as limitações de tipo político impostas por cada espaço local em que se situavam aparece, agora, como uma dinâmica auto-sustentada que se estabelece nas relações entre essas empresas e que se tornou incontrolável por qualquer Estado nacional.

É neste segundo sentido que importa considerar o gradualismo e a lentidão deste desenvolvimento: as primeiras fases de formação e afirmação destas empresas não são comparáveis com a rápida mutação que este processo teve e que conduziu a uma globalização competitiva perante a qual os Estados nacionais são impotentes.

É aqui que se pode identificar a ambiguidade deste desenvolvimento das empresas multinacionais. Em geral, a sua instalação num território nacional é sinal de progresso dessa zona, funcionando como um factor de promoção do seu estatuto como área de desenvolvimento. Será natural, por isso, que os Estados nacionais interfiram expressamente no sentido de criarem condições de atracção dessas empresas. Se não o fizerem, estão a prejudicar as condições de desenvolvimento e de modernização económica do espaço sobre o qual exercem a soberania, mantendo-o afastado das correntes dominantes da economia mundial. Fazendo-o, contudo, estão a interiorizar lógicas estratégicas que não têm poderes para dominar ou, sequer, para regular: essa empresa multinacional é gerida por condições de competitividade global que transcendem as circunstâncias particulares desse território, dessa sociedade e desse Estado nacional. Para que esse tipo de empresa continue a operar nesse território é necessário que esse Estado aceite harmonizar as suas políticas com as necessidades estratégicas da competitividade globalizada, estabelecendo assim uma homogeneidade de espaços integrados que, pela sua própria natureza, esbatem as fronteiras e as barreiras proteccionistas que constituíam delimitações eficazes do exercício do poder soberano do Estado nacional tradicional — isto é, anulam a autonomia do Estado nacional e a sua condição de entidade soberana.

Justifica-se associar a aceleração deste desenvolvimento das empresas multinacionais a processos tecnológicos que lhe vieram dar as condições instrumentais necessárias: as comunicações em tempo real que permitem às instituições financeiras proceder a transferências de capital sem controlo administrativo prévio das autoridades locais, a normalização de necessidades e de critérios de qualidade que permitem a constituição de mercados de grande dimensão, a redução de custos de transporte que permite diversificar regionalmente a produção, a automação e a miniaturização da produção ou a normalização das práticas de gestão são, certamente, importantes factores instrumentais para aquela aceleração. Porém, mais importante do que isso, pelo menos no campo analítico da identificação dos seus efeitos

sobre os poderes do Estado nacional, é a mutação ocorrida no conceito de empresa multinacional.

Nas condições actuais, a empresa multinacional é, de facto, uma empresa global que se constitui como centro de decisão estratégica operando na escala mundial. É esta escala mundial que determina as suas decisões, porque é nessa escala que a competitividade globalizada se decide. O seu estatuto nacional originário não é um activo empresarial, não é um instrumento que contribua para decidir essa relação competitiva globalizada e pode mesmo ser um factor de constrangimento se as regulamentações do Estado nacional de origem ou onde se localize lhe criarem condições de desigualdade perante os seus concorrentes.

A gradual e lenta conquista de autonomia da empresa através da diferenciação regional, da multinacionalidade, ultrapassou o nível a partir do qual é a própria relação competitiva entre empresas que se autonomiza e se torna auto-suficiente. Tentar interromper unilateralmente este processo seria uma estratégia paradoxal, pois equivaleria a transferir para outras empresas, menos condicionadas, as potencialidades competitivas que se anulam nas que seriam sujeitas a essa regulamentação restritiva unilateral. E, se for tentada uma correcção do processo por via multilateral, tornar-se-á evidente a lacuna de instituições multilaterais, de âmbito global, dotadas dessa capacidade e desses poderes de soberania. O processo já avançou demasiado para que se possa conceber a sua reversão para relações idênticas às que existiam entre empresas e Estados nacionais em contextos anteriores.

ESTADO NACIONAL, DIMENSÃO ESTRATÉGICA E EXERCÍCIO DO PODER SOBERANO

Há mais do que um ponto de contacto entre a mutação provocada nas doutrinas política e militar com a arma nuclear (porque, em si mesma, esta arma é uma mutação na evolução dos arsenais) e a mutação provocada na teoria económica e na teoria política com a empresa global (porque, em si mesma, esta empresa é uma mutação na evolução das empresas).

Mas, enquanto a primeira mutação ainda era susceptível de ficar restrita a circunstâncias excepcionais (e a generalidade das doutrinas que procuram assimilar este facto novo têm por principal objectivo anulá-lo, demonstrando que a decisão racional é a sua não utilização), esse procedimento já não pode ser repetido com a segunda mutação ocorrida na empresa, que exerce os seus efeitos na vida quotidiana, na decisão política corrente, na evolução efectiva das sociedades.

E este campo de análise das diferenças em relação ao passado torna-se ainda mais complexo quando se tem de reconhecer que estas duas mutações se podem articular de modos inesperados, conduzindo a contextos de descontrolo simultâneo em vários níveis das sociedades modernas. As doutrinas de dissuasão relevantes para o controlo da arma nuclear ficam postas em causa com a sua inevitável proliferação e com a anulação da convenção

de que a decisão sobre esse tipo de armas estava circunscrita a agentes racionais. Ao mesmo tempo, a evidência da autonomia das empresas globais revela a incapacidade das instituições políticas existentes para controlarem ou regular as suas actividades, sendo certo que as empresas globais (tal como os comandantes militares na posse de armas nucleares) não têm capacidade própria para auto-regularem todos os efeitos das suas decisões.

O facto de as empresas globais não terem essa capacidade política própria não significa que não a procurem. E, embora o fenómeno seja relativamente recente, os sinais que apontam nesse sentido têm a seu favor a característica de se inserirem numa tendência forte, renovando agora, noutras zonas e num contexto de maior poder relativo, o que acontecera já na década de 50 nos Estados Unidos e que tivera o seu ponto culminante no célebre e enigmático discurso de Eisenhower sobre o complexo militar-industrial²⁰.

Os novos sinais vêm agora do Oriente, do Japão e da Coreia. Akio Morita, fundador da Sony e que já fora o proponente da tese de que as empresas japonesas modernas eram, nas novas circunstâncias, o equivalente da espada do samurai, sublinha agora os limites e os perigos dos modos de gestão japoneses, apresentando, como modelo correctivo, um programa de seis objectivos que se aproximam muito mais do que são as tradicionais responsabilidades políticas de realização do interesse geral do que acontecia com as habituais metas corporativas do interesse empresarial: diminuição das horas de trabalho, salários mais elevados, dividendos mais elevados para os accionistas, relações justas com os fornecedores, maiores contribuições para programas sociais, maior atenção ao ambiente²¹. Na mesma altura²², Kenichi Omahe, o mais conceituado analista de gestão japonês, caracterizava o actual estado das empresas japonesas como bloqueado pela falta de uma perspectiva política e social, considerando a necessidade de defender a «qualidade de vida e o sentido de criatividade», mas também acrescentando que a Constituição japonesa, elaborada sob supervisão americana no pós-guerra, apenas indica o que não devem ou não podem fazer, deixando indefinido o que devem fazer — o que é uma curiosa maneira de um gestor liberal apresentar a candidatura das empresas a uma intervenção política específica.

Ainda neste mesmo período, numa reunião organizada em Paris pelos antigos alunos da École Normale d'Administration dedicada à análise do papel do Estado, o embaixador japonês em França, Akitane Kiuchi, afirma que «o Japão sofre as consequências de ter uma classe política apodrecida e funcionários caracterizados por um grande imobilismo. Mas isso não tem grande importância porque o sector privado é mais poderoso do que a Administração e do que a política²³.» Mas talvez o ponto extremo desta tendência se encontre na Coreia, onde Chung Yu-yung, o fundador e principal accionista

²⁰ Robert Reich, *The Work of Nations*, capítulo 4, «The national champion».

²¹ *International Herald Tribune* de 21/1/92.

²² Entrevista à CNN em 10/1/92.

²³ *Le Monde* de 18/1/92.

do grupo Hyundai (de que controla 67,8% do capital, com um volume de vendas equivalente ao orçamento nacional da Coreia do Sul), decide abandonar a gestão do grupo para formar um partido político, o Partido para a Reunificação Nacional, com a seguinte justificação: «A Coreia atravessa uma crise total, e, se nada for feito para corrigir a deterioração da situação económica e social, estaremos a chegar a um ponto do qual não será possível sair [...] Compreendi que enquanto não tiverem uma força política os meios empresariais estão condenados a submeter-se aos *diktats* do poder. Estou agora convencido de que se atingiu o limite e penso que o poder não tem nenhuma visão do futuro. As empresas devem ter a liberdade de decidir as suas estratégias²⁴.»

A nitidez destas intenções pode ser uma boa razão para as desvalorizar como modos ingénuos de expressar desejos para os quais não estão associadas as condições de realização. Porém, não será indiferente para a avaliação do sentido efectivo destes objectivos reconhecer que o sucesso destas empresas globais lhes oferece um poderoso conjunto de meios instrumentais e um domínio real das possibilidades estratégicas. E, por outro lado, também não é indiferente para essa avaliação verificar que os poderes políticos actuais, os Estados nacionais tradicionais, não têm os poderes de controlo de que dispunham no passado, quando estas mesmas intenções empresariais de apropriarem meios de acção política se revelaram ser, de facto, ingenuidades políticas.

O que mudou entretanto não é apenas consequência da mutação das empresas quando estas passam para o estatuto de empresas globais, operando num espaço próprio de racionalidade. Das mudanças que constituem a crise contemporânea faz parte também a perda de poderes do Estado nacional quando este não tem suficiente dimensão estratégica para conter dentro do seu campo de controlo estes agentes de decisão que operam no nível da competitividade globalizada. Não se pode avaliar a tendência indicada pela novas intenções das empresas globais sem considerar o grau de poder efectivo que está ao alcance dos Estados nacionais modernos: quanto menor este for, maior será a credibilidade que se tem de atribuir ao objectivo de alargamento do campo estratégico das empresas globais, que algumas começam a apresentar como necessidade para sustentarem a sua dinâmica.

Esta questão do Estado nacional moderno e da sua dimensão estratégica é conexa com o surto neonacionalista que se manifesta em diversas zonas do mundo. Esta conexão (no sentido de serem questões que têm «lados» comuns em parte das suas formas), de duas linhas de tendência, poderá revelar-se uma conexão temporária, que não se manterá por muito tempo, mas nem por isso deixará de ser significativa esta actual proximidade de problemáticas muito diferentes.

Por um lado, a conexão é alimentada pela fragilização dos Estados nacionais estabelecidos e, em primeira linha, das estruturas imperiais que antes

mantinham submetidas essas expressões nacionalistas. Mas, por outro lado, a fragilização dos Estados nacionais estabelecidos, que permite esta nova expressão nacionalista, é a melhor evidência que aponta no sentido da inviabilidade destes novos nacionalismos: os Estados que podem ser gerados por estes movimentos seriam ainda mais frágeis do que as estruturas tradicionais de que estariam agora a emergir. Em qualquer caso, o neonacionalismo não é uma resposta ao problema central da dimensão estratégica do Estado nacional e do exercício do poder soberano tal como ele é entendido na doutrina tradicional: nas actuais circunstâncias, os novos Estados nacionais não encontrariam condições para exercer o tipo de poderes que existiram no passado. E, se esta questão tem alguma virtude como sinal das problemáticas políticas relevantes, será, sobretudo, como exemplo de inconsequência, isto é, de uma problemática que se transfere do passado, mas que nada tem a dizer para o futuro — a menos que se admita a hipótese coincidente de uma forte regressão nas tendências de modernização económica que conduza a evolução mundial para estados anteriores de segmentação e de reconstrução de barreiras fronteiriças.

ESTADO NACIONAL, PODER DAS REGIÕES E INSTITUIÇÕES COMUNITÁRIAS NA EUROPA

A crise do Estado nacional foi apresentada, até este ponto, como o resultado necessário da convergência de duas mutações, a da arma nuclear (mutação específica amplificada pela ruptura de um dos blocos geopolíticos que estabelecia a ordem bipolar estabelecida desde a última guerra mundial, colocando as questões da proliferação e da racionalidade, vitais para a funcionalidade da dissuasão, em novos termos que não são estáveis) e a da empresa (com a consolidação da tendência para a globalização competitiva como campo de decisão que se autonomiza e escapa aos modos de controlo e de regulação das instituições políticas existentes).

Todavia, esta mesma crise do Estado nacional também pode ser vista, numa perspectiva mais detalhada com especial interesse para o contexto europeu, como a conjugação de dois tipos de poder que se afirmam beneficiando dessa crise do Estado nacional e que, pelo simples facto de existirem, impedem o retorno às situações tradicionais.

De um modo que poderá parecer paradoxal num período em que ganham nova vitalidade as expressões neonacionalistas, o poder das regiões na Europa desenvolvida aparece como um antinacionalismo. Mesmo quando se afirma como uma afirmação de nacionalidades (como em Espanha) ou como novos partidos políticos (como no caso das *ligas* italianas) ou ainda como afirmações regionais (como no caso da França e da Alemanha), este poder das regiões tem um conteúdo predominantemente económico, seja ele competitivo ou redistributivo, conforme o grau de desenvolvimento da região. Antes de ser um poder afirmativo, que pretenda dar um suporte político à autonomia de uma nacionalidade, esta nova dimensão do poder regional tem uma

forma reivindicativa em relação aos Estados nacionais estabelecidos, seja de maior autonomia de decisão, seja de maior transferência de recursos compensatórios, seja de maior independência na expressão das suas singularidades culturais.

O poder comunitário, pelo contrário, pretende afirmar-se como um poder de coordenação superior para realizar a harmonização de políticas e a homogeneidade de normas e de condições para construir um espaço integrado — isto é, para um espaço que tenha a dimensão estratégica suficiente para poder competir com as principais unidades estratégicas, de modo a estabelecer a «triade» em que a Europa comunitária possa ter um papel consistente. Neste sentido, o nível do poder comunitário, também associado à crise do Estado nacional tradicional, pretende apresentar uma resposta para a superação dessa crise — mas com o preço inevitável de redefinir, em novos modos, o papel do Estado nacional.

O sistema formado por estes três níveis de poder não é um sistema estável onde se possa estabelecer uma linha contínua assegurando a coexistência destes diferentes níveis — sendo agora claro que o princípio da subsidiariedade é apenas um dispositivo de encobrimento do problema e, na melhor hipótese, um pretexto para o diluir, mas não é a sua resolução satisfatória quando já não se trata apenas de acomodar a integração de poderes tradicionais, mas sim de estabelecer novos tipos de poder articulados. A persistência no futuro destes três níveis de poder implica a redefinição de, pelo menos, um deles, e o principal candidato a essa reformulação é o Estado nacional, justamente porque é aí que o seu princípio básico constituinte — o exercício de um poder soberano — se encontra posto em causa pela evolução das circunstâncias.

AS TRÊS FASES DA CONSTRUÇÃO COMUNITÁRIA

Perante este ponto de descontinuidade, não há nenhuma garantia de que se possa estabelecer uma passagem estável entre o passado e o futuro. E é admissível que a tentativa de formular modelos rígidos para este tipo de questões esteja condenada aos sucessivos desmentidos da evolução contingente.

A Europa inventou a forma política do Estado nacional. Mas o sucesso desta forma política conduziu a novas realidades que se diferenciam do seu período originário e das suas condições favoráveis e de maturação. Nas situações contemporâneas, os Estados europeus não estão isolados no sistema internacional dos Estados, estão confrontados com concorrentes de indiscutível capacidade competitiva, condicionadores dos espaços de manobra e das possibilidades de desenvolvimento. E, do mesmo modo que os Estados europeus se configuraram em certas formas pela articulação de forças internas (a identidade/unidade nacional e a sua expressão política congruente que é o Estado nacional, detentor da legitimidade interna — como organizador das relações sociais — e da legitimidade externa — como interlocutor reconhecido nas relações internacionais) com forças externas (os conflitos mili-

tares, os confrontos religiosos, as relações económicas, os movimentos de população, o próprio sistema internacional), estabelecendo um mosaico contingente (de duvidosa lógica, mas de indiscutível relevância prática), também agora a problemática estratégica dos Estados europeus é constituída pela articulação de racionalizações internas e de pressões externas — mas onde as segundas podem ser mais importantes do que as primeiras ou, pelo menos, podem ter prioridade causal em relação aos produtos de racionalização interna²⁵.

A evolução da ideia de Comunidade Europeia é um bom exemplo desta mistura complexa, em grande medida contingente como função das oportunidades e das dificuldades, de factores «internos» e «externos», desta «dupla face» destes processos constituintes dos espaços políticos relevantes e das formas institucionais que os regulam.

A motivação fundadora da Comunidade Europeia, que é a que está nos fundamentos formais e nos procedimentos previstos no Tratado de Roma, responde a uma leitura crítica do período anterior à Segunda Guerra Mundial e tem as suas raízes em acontecimentos políticos que recuam aos primeiros anos do século XIX: como estabelecer um equilíbrio continental europeu que impeça o desenvolvimento de motivações e estratégias expansionistas da França ou da Alemanha. A ideia comunitária, ao contrário do modelo punitivo e unilateral do Tratado de Versailles, corresponde à tentativa de estabelecer um equilíbrio sustentado no eixo crítico europeu, através da conjugação de interesses e da monitorização recíproca. O cenário desejado é uma Comunidade de contornos vagos, mas com a Alemanha convenientemente dividida e com outros Estados europeus a garantirem o enquadramento arbitral, através dos procedimentos de decisão por voto unânime.

Não há, nesta fase, nenhuma noção de estratégia comum ou de divisão de especializações económicas, não havendo, portanto, lugar para colocar a questão da união política ou da viabilidade dos Estados nacionais. Há, apenas, a intenção de estabelecer um espaço interno de coexistência entre Estados nacionais.

O alargamento à Grã-Bretanha, Irlanda e Dinamarca e quase à Noruega, primeiro, e, depois, às democracias do Sul não constitui uma verdadeira nova

²⁵ Ernest Gellner, *Nations and Nationalism*, Oxford, Basil Blackwell, 1983; Anthony Giddens, *The Nation-State and Violence*, Cambridge, Polity Press, 1985; Michael Mann, *The Sources of Social Power*, Cambridge, Cambridge University Press, 1986; Stein Rokkan, «Dimensions of state formation and nation-building: a possible paradigm for research on variations within Europe», in *The Formations of National States in Western Europe*, C. Tilly (ed.), Princeton University Press, 1975, e «Territorial inequalities in Western Europe: towards a geoeconomic-geopolitical model for the explanations of variations in regional development», in *Communications*, n.º 45, *Éléments pour une théorie de la nation*, Paris, Seuil, 1987; Ali Kazancigil (ed.), *L'État au pluriel*, Paris, Unesco, Economica, 1985; Felix Gilbert (ed.), *The Historical Essays of Otto Hintze*, Nova Iorque, Oxford University Press, 1985; Krishan Kumar, *The Rise of Modern Society, Aspects of the Social and Political Development of the West*, Oxford, Blackwell, 1988, e Bertrand Badie, *Les deux États*, Fayard, Paris, 1988.

fase conceptual na ideia comunitária. Apenas se completa a fase inicial, «continentalizando-se» o que ainda se mantinha insular ou periférico, alarga-se o campo de coexistência, mas não se introduz uma alteração de fundo no eixo crítico que continua a ser constituído pela relação franco-alemã.

Pelo contrário, a passagem para o objectivo do mercado único, como expressão concreta de uma área de comércio livre, de harmonização de políticas e de homogeneidade de condições, complementada por políticas de transferências de fundos compensatórios, já constitui uma verdadeira segunda fase da conceptualização comunitária na Europa.

Também esta nova fase não é independente da evolução do contexto envolvente. Esta alteração ocorre num período de maior protagonismo da Europa nas questões de segurança dentro do sistema de blocos político-militares (a instalação de mísseis *Pershing* e a questão da bomba de neutrões), de maior cooperação política entre os Estados europeus para consolidar a evolução democrática no espaço continental (de que são beneficiárias as democracias do Sul), alteração no quadro da economia mundial (movimentos do dólar, duas crises petrolíferas, gestão dos petrodólares, crescimento japonês). Nada disto estava contido no quadro de previsões da primeira fase comunitária: é a acumulação de contingências que conduz a este novo sistema problemático, e é em função dele (e não das realidades e finalidades originárias) que as novas decisões se racionalizam e se estabelecem.

Esta segunda fase ainda tem, apesar de tudo, linhas de continuidade conceptual com a primeira fase, que a fase seguinte, a terceira e actual, já não tem. Na evolução da segunda para a terceira fase há uma verdadeira mudança de paradigma e que se centra no estatuto e na funcionalidade do Estado nacional.

A estruturação de um mercado único ainda é compatível com a organização do espaço europeu em Estados nacionais, embora implique já a impossibilidade de se manterem por muito tempo políticas económicas muito diferenciadas em cada espaço nacional.

Porém, com as dinâmicas mundiais de globalização (competitiva, tecnológica, cultural, estratégica, político-militar) fica ameaçada a estrutura tradicional dos Estados europeus, por razões que são independentes da evolução europeia em sentido estrito e, por maioria de razão, que são independentes da evolução política interna desses Estados. O que está agora em causa — depois do desaparecimento da ordem mundial estruturada em dois blocos político-militares e da súbita desvalorização da doutrina de dissuasão nuclear, ao mesmo tempo que o centro da conflitualidade a propósito do estabelecimento de hegemonias mundiais e regionais se transfere para as relações económicas — é a formação de uma unidade estratégica no espaço europeu, sem o que não será possível competir em condições de sucesso com concorrentes que têm essa unidade estratégica e que não precisam de resolver uma prévia questão nacional para a afirmar de modo racionalizado e consistente.

Neste sentido, a Europa comunitária de «terceira geração» (no sentido de corresponder a uma terceira fase como problemática e como forma estratégica, mas a que ainda falta uma forma política) é mais produzida do exterior do que do interior. Disso mesmo é prova o facto de as principais resistências a este processo serem de índole interna, enquanto os concorrentes externos, receando uma resposta europeia que seja consistente com esta nova problemática, se preocupam em ocupar posições de penetração dentro dessa Europa futura que os ameaça ou os limita.

O que passa, então, a ser a identidade nacional na perspectiva das imagens estratégicas relevantes nestes novos quadros problemáticos?

É admissível que o seu efeito principal, nas actuais circunstâncias, seja muito mais uma resistência improdutiva do que uma base consistente para operar num contexto competitivo que exige grandes dimensões (humanas, empresariais e espaciais) para se poder operar com condições de êxito.

Em lugar de ser um factor de estabilização e de racionalização ao estabelecer a congruência entre a unidade nacional (estruturada na base de uma identidade cultural) e a unidade política (estruturada através de um Estado nacional soberano), este tradicional efeito diferenciador (em relação aos espaços vizinhos e em relação ao espaço global) constituído pela identidade nacional pode transformar-se em factor de fixação num ponto passado do tempo que já não é relevante para produzir uma imagem do futuro e, portanto, para fundamentar a acção eficaz.

O bloqueamento nacionalista não é apenas de tipo ideológico, susceptível de uma crítica em termos da qualidade das políticas e dos comportamentos sociais que gera ou que se possa referenciar aos termos tradicionais de conservadorismo e de progressismo. É, de facto, um bloqueamento estratégico, ao pretender estabelecer a possibilidade de uma diferenciação nacionalista num contexto que já é marcado pela globalização.

3. EVOLUÇÃO DAS PROBLEMÁTICAS, EVOLUÇÃO DAS ESTRATÉGIAS, EVOLUÇÃO DOS CONCEITOS

Dois artigos recentes oferecem interessantes contributos para clarificar a dimensão dos desafios analíticos e políticos que são colocados pela crise de modernização, esclarecendo em que medida as evoluções das problemáticas, das estratégias e dos conceitos estão inter-relacionadas.

Para Habermas²⁶, «os processos democráticos constituídos em relação com o Estado nacional estão agora irremediavelmente em atraso em relação à integração económica que se desenvolve a nível supranacional». E a sua conclusão, tão optimista quando se pode ser, continua a ser mais uma problemática do que uma resposta ou uma solução analítica: «[...] a condição do cosmopolita já não é um fantasma, não obstante ainda estarmos longe da

²⁶ Jurgen Habermas, *Cittadinanza e identità nazionale*, in *Micromega*, n.º 5, 1991.

sua realização. Cidadania (*Staatsburgerschaft*) e cosmopolitismo (*Weltburgerschaft*) constituem um *continuum* que já agora, por tentativas, se está a delinear.» Para Duverger²⁷, «a necessidade de formar partidos europeus repousa numa razão mais profunda do que o desenvolvimento da democracia na Comunidade. Só uma visão europeia dos problemas pode permitir às diferentes famílias políticas adaptar os seus projectos à situação do século XXI. Todos atravessam actualmente uma crise tão grave como a dos socialistas, que é deformada pela desintegração do comunismo no Este [...] A oposição de federalistas e de nacionalistas, que dominou as batalhas europeias nos últimos quarenta anos, torna-se hoje arcaica, quase tanto como a dos republicanos e monárquicos nas democracias parlamentares. A partir de agora, a forma das instituições importa menos do que os seus objectivos e os meios para os atingir. Isso pressupõe a elaboração de projectos coerentes por parte de cada uma das grandes famílias de pensamento que os partidos políticos encarnam hoje nos Estados.»

A operacionalidade destas conclusões é duvidosa, mas é possível que não se possa avançar mais nas actuais circunstâncias: é o próprio diagnóstico da crise que impossibilita a proposta de soluções satisfatórias e convincentes. O modo como se desenvolvem as crises políticas nas sociedades modernas sugere que ainda haverá mais destruições destrutivas antes de se poder entrar na fase da destruição criativa que Schumpeter identificava como o motor da dinâmica positiva.

Para as ciências sociais, esta singularidade da crise de modernização revela a insuficiência dos modelos dinâmicos disponíveis. Para as práticas políticas, esta lacuna de modelos dinâmicos é o factor que está na origem da sua dificuldade em se ajustar a novas linhas de tendência. Resta, enfim, o único «valor» seguro que permite minorar a intensidade dos processos destrutivos: os procedimentos democráticos de selecção periódica dos agentes políticos. Na falta de outros valores legitimadores, que não encontram bases fundamentadoras em contextos de turbulência ou não encontram condições instrumentais para a sua realização, fica como valor central aquilo que é apenas um procedimento, mas que também é a condição de flexibilidade das sociedades modernas.

3 de Fevereiro de 1992.